

Posição injusta

12 SET 1983

Para negociar empréstimo-ponje junto ao Tesouro americano, de valor ainda desconhecido, se encontra nos Estados Unidos o ministro da Fazenda, Ernane Galvêas. A busca desses novos recursos decorre da necessidade de pôr em dia o pagamento de juros a alguns consórcios financeiros internacionais. O atraso na satisfação dessas obrigações já dura mais de sessenta dias e constitui o sinal de que o esvaziamento das reservas em divisas do país chegou a um ponto crítico.

As dificuldades de Galvêas para alcançar êxito em sua missão são notórias. O subsecretário do Tesouro dos EUA, Beryl Sprinkel, liberou declaração francamente desanimadora, ao proclamar que empréstimos ou financiamentos novos não resolverão os problemas da dívida externa brasileira. E, provavelmente desinformado sobre os duríssimos sacrifícios já impostos pelo Governo do Brasil à sociedade nacional, como forma de debelar a crise, prescreve receita com base na medicina heróica das sangrias.

Por seu turno, o Presidente Reagan faz coro com o subsecretário do Tesouro, ao transmitir às áreas encarregadas das relações exteriores que recomendem ao Governo brasileiro severas medidas para contenção dos gastos públicos e eliminação do processo inflacionário. Reagan parece não se dar conta, também, de que a adoção de novas medidas contencionistas poderão levar o Brasil a uma situação desesperadora, capaz de mergulhá-lo na convulsão social.

Ao invés de ditar ao Brasil modelos truculentos para restauração de sua estabilidade econômico-financeira, talvez fosse mais útil ao Governo americano meditar sobre sua própria — e imensa — contribuição à crise de liquidez nas contas externas brasileiras. E isto porque a desabalada elevação das taxas de juros no mercado americano, provo-

cada pela política fiscal um tanto demagógica, de Reagan, exacerbou enormemente o volume físico da dívida externa brasileira e levou o país a contratação de financiamentos novos a riscos financeiros gravosos.

E desalentador constatar que os Estados Unidos não deferem ao Brasil o tratamento que seria justo existir entre os dois maiores parceiros comerciais do Continente e nações aproximadas por sólido e antigo relacionamento de amizade. Talvez não tenham as autoridades americanas atentado para o fato de que a eventual bancarrota do Brasil forçará irremediável desequilíbrio no sistema financeiro internacional, com repercussão em cadeia sobre a liquidez de todos os credores do país.

Com esse estado de espírito reinante na esfera do Governo dos EUA comprometem-se as negociações de Galvêas junto ao Tesouro Americano. Ao mesmo tempo, a indiferença dos EUA, cuja influência junto ao FMI é dominante, semeia obstáculos nas já irritantes negociações com o órgão, enquanto se acumulam os complicadores da crise.

Mas essa posição dos EUA poderá abrir as portas a outras alternativas para a administração da dívida. Já que na ordenação de medidas no plano privado não se vislumbra a possibilidade imediata de acordo global e definitivo, o Governo brasileiro deveria elevar as negociações ao plano do poder do Estado. O entendimento de Governo a Governo, até mesmo recomendado por um influente administrador de consórcio financeiro internacional — Lord Huntrods, presidente do **Lloyds Bank Internacional** — abarca o contexto político no exame da situação, dentro do qual poderão fluir soluções não ortodoxas, mas justas aos múltiplos interesses em causa e mais eficazes no resguardo de todas as obrigações contratadas. Parece que esta é a saída mais lúcida e, mesmo que não o seja, as partes nada perdem em buscá-la.